



Shutterstock

O QUE É O NOVO DESENVOLVIMENTISMO?

José Luis Oreiro

Ao contrário do afirmado por expoentes do discurso neoliberal, o novo desenvolvimentismo possui diferenças importantes e irreconciliáveis com o velho desenvolvimentismo. Essas diferenças se originam das mudanças observadas no capitalismo mundial, que transitou dos “anos dourados” do pacto social-democrata, das décadas de 1950 e 1960, para a fase de globalização a partir da década de 1970. Nessa transição verificamos o surgimento dos new industrialized countries, fato esse que aumentou a competição entre os países ricos e os países em desenvolvimento médio. Além disso, os países de desenvolvimento médio mudaram seu próprio estágio de desenvolvimento, deixando de se caracterizar pela existência de “indústrias infantis”.

Quais seriam, então, as diferenças entre o “Velho” e o “Novo” desenvolvimentismo?

Em primeiro lugar, ao contrário do velho desenvolvimentismo, o novo desenvolvimentismo não é protecionista. Como a fase de “indústria infante” foi superada, as empresas dos países de renda média devem ser competitivas em todos os setores industriais aos quais se dedicaram, devendo inclusive ser competitivas o suficiente para exportar.

Além disso, o novo desenvolvimentismo não padece do “pessimismo exportador” típico do velho desenvolvimentismo. Dessa forma, a estratégia de desenvolvimento deve estar alicerçada na exportação de produtos manufaturados ou produtos primários de alto valor adicionado como forma de superar a restrição externa ao crescimento. [...]

Por fim, o novo desenvolvimentismo rejeita a noção equivocada de crescimento sustentado pelo déficit público. [...] As contas públicas devem ser mantidas equilibradas para garantir a solidez e a força do aparato estatal, o qual é estratégico para o desenvolvimento. Isso significa que a dívida pública deve ser pequena (como proporção do PIB) e com longo prazo de maturidade.

Isso posto, os eixos fundamentais da estratégia novo-desenvolvimentista seriam os seguin-

É preciso fortalecer competitividade de empresas e o Estado como instrumento de ação coletiva

tes: (i) fortalecimento da capacidade competitiva das empresas nacionais em nível mundial e (ii) fortalecimento do Estado como instrumento de ação coletiva da nação.

O primeiro eixo da estratégia novo-desenvolvimentista exige a adoção de regime cambial que garanta um câmbio competitivo para as empresas nacionais, a existência de financiamento a custo baixo para o investimento em capital fixo e para o capital de giro das empresas, a existên-

cia de infraestrutura adequada para as necessidades das empresas, principalmente para a exportação, a existência de incentivos para a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e, por fim, a qualificação da mão de obra tanto em nível geral (educação básica) como técnico.

O segundo eixo da estratégia novo-desenvolvimentista requer o aumento da poupança do setor público por intermédio da contenção do ritmo de crescimento dos gastos de consumo e de custeio, aumento (significativo) do investimento público em infraestrutura, aumento dos gastos em educação primária e secundária, juntamente com aumento de gastos na formação técnica da força de trabalho para a indústria e o setor de serviços, aumento do financiamento público para investimento em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias em nível das empresas e, por fim, o reaparelhamento das Forças Armadas como forma de garantir os interesses e a soberania do Brasil num contexto internacional caracterizado por uma maior competição política e econômica das nações face à perda relativa de hegemonia dos Estados Unidos.

José Luis Oreiro é professor da Universidade de Brasília e vice-presidente da Associação Keynesiana Brasileira. E-mail: joreiro@unb.br

A íntegra deste artigo está no “Debate acadêmico” do Portal Unesp, no endereço <http://www.unesp.br/noticia.php?artigo=9121>

PROSPERIDADE ECONÔMICA EXIGE UMA ESTRATÉGIA NACIONAL

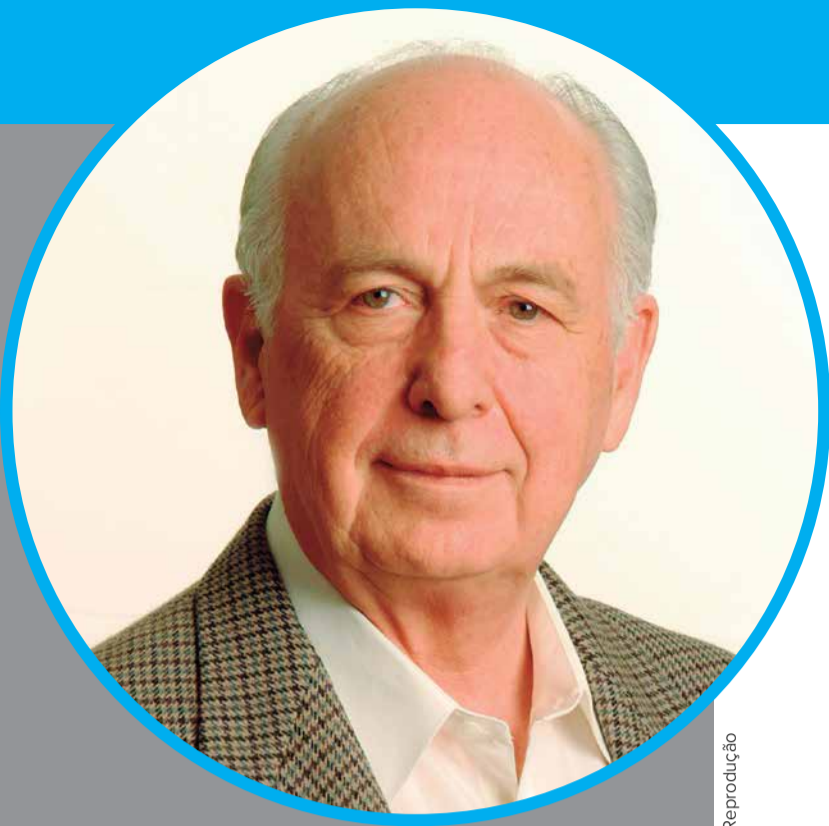
LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA
por André Louzas

Advogado, administrador de empresas, cientista político e economista, Luiz Carlos Gonçalves Bresser-Pereira tem livros publicados em diversos idiomas, entre eles *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. Na administração pública, entre outros cargos, foi ministro da Fazenda do presidente José Sarney (1987); ministro da Administração Federal e de Reforma do Estado, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995–1998), e da Ciência e Tecnologia (1999), no segundo. Na iniciativa privada, foi diretor administrativo entre 1965 e 1983 do Grupo Pão de Açúcar. É professor emérito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, tendo também lecionado na Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne), na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris e na USP. É, ainda, patrono da Associação Keynesiana Brasileira.

JORNAL UNESP O que seria, em linhas gerais, o “novo desenvolvimentismo”, que o senhor tem proposto?

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA: O novo desenvolvimentismo é uma estratégia nacional de desenvolvimento. É nacional porque seu pressuposto é que, na globalização, os Estados-nação competem economicamente, e só terão êxito aqueles que souberem defender seus interesses nacionais. É uma estratégia, porque afirma que esse desenvolvimento não pode ser deixado por conta apenas do mercado; que o Estado, enquanto instrumento de ação coletiva da nação, tem um papel fundamental na busca dos objetivos de maior bem-estar e menor desigualdade econômica.

Para o novo desenvolvimentismo, as ações do lado da oferta – melhor educação, melhores instituições, uma política industrial estratégica – são necessárias para aumentar a produtividade, mas o fundamental é garantir uma taxa de investimento elevada, porque o desenvolvimento econômico é o resultado de acumulação de capital com incorporação de progresso técnico. Ora, para aumentar a taxa de investimento, que no Brasil é muito baixa, é necessário que os empresários tenham demanda para os bens e serviços que produzem, porque a demanda interna é assegurada por salários que cresçam com a produtividade, e porque é assegurado às empresas tecnologicamente competentes acesso à demanda externa graças a uma taxa de câmbio competitiva. É necessário, também, que o Estado esteja fiscalmente sadio, realize poupança pública, e



Reprodução

Shutterstock



Setor competitivo deve ser coordenado pelo mercado, enquanto setor monopolista, pelo planejamento do Estado

se responsabilize por cerca de um quinto a um quarto dos investimentos totais.

JU Mas não é necessário primeiro poupar e depois investir? O problema fundamental não é aumentar a poupança nacional?

BRESSER-PEREIRA: Esta é a tese dos economistas ortodoxos. Na vida privada isto é muito importante. Mas, no plano da macroeconomia, o investimento vem antes da poupança. Se o empresário tiver crédito e tiver demanda que lhe assegure boas oportunidades de lucro, ele investirá mais, a renda crescerá e a poupança crescerá também.

JU Com medidas como o PAC, o governo do Brasil vem assumindo um papel de indutor do crescimento. Como o senhor analisa essa estratégia?

BRESSER-PEREIRA: Para o novo desenvolvimento, o setor competitivo da economia deve ser coordenado pelo mercado, enquanto o setor monopolista, pelo planejamento do Estado. O PAC é necessário, como é necessário também o financiamento garantido pelo BNDES, porque é o planejamento do setor monopolista, principalmente pelos investimentos na infraestrutura econômica do país.

JU O país tem expandido seu nível de consumo, mas, ao mesmo tempo, a indústria brasileira dá sinais de estagnação. Como explicar e como superar essa situação?

BRESSER-PEREIRA: Não adianta expandir o consumo ou o mercado interno se, ao mesmo tempo, deixamos a taxa de câmbio apreciada. Foi o que aconteceu com o Brasil. O mercado interno cresceu no governo Lula, mas como o câmbio se apreciou, em pouco tempo esse mercado foi capturado pelos chineses, e a indústria brasileira, que já perdera o mercado externo, perdeu também o interno.

POLÍTICA ECONÔMICA NUMA ABORDAGEM KEYNESIANA

Luiz Fernando de Paula

[...] As políticas keynesianas, de modo a superar os obstáculos ao pleno emprego e ao crescimento econômico, colocam ênfase na necessidade de políticas voltadas tanto para o lado da oferta quanto para o lado da demanda. [...]

A política fiscal pode ter um forte impacto sobre o nível da atividade econômica, funcionando como um instrumento poderoso para estimular a demanda agregada, ao gerar um efeito multiplicador sobre a renda privada. [...] Para este propósito, Keynes recomendava privilegiar o investimento público ao invés do aumento do consumo por causa de seu efeito multiplicador maior. [...]

Usando como ponto de partida a distinção entre orçamento ordinário (relacionado às funções ordinárias da administração pública) e orçamento de capital (relacionado às despesas de investimento), Keynes defendia que o primeiro deveria estar equilibrado o tempo todo ou mesmo em superávit, que deveria ser transferido para o orçamento de capital, enquanto o último poderia estar transitariamente desequilibrado, embora devesse estar equilibrado a longo prazo [...]. [...]

Esta divisão no orçamento fiscal se justifica considerando que os investimentos públicos têm um efeito importante na economia, tanto do ponto de vista da melhoria/incremento da infraestrutura econômica e social, quanto em função dos seus efeitos multiplicadores de renda, maiores do que no caso dos gastos associados ao orçamento ordinário. [...]

[...] A política de juros pode ser usada de modo a influenciar a composição de portfólio dos agentes privados em favor do estímulo à produção (usando capacidade produtiva existente) e a aquisição de bens de capital. [...] Assim, a política monetária [...] pode sinalizar aos agentes privados que o banco central irá adotar uma taxa de juros baixa o suficiente para estimular o investimento produtivo. [...]

[...] De modo a implementar uma política econômica estabilizadora voltada para o pleno emprego, governos nacionais devem adotar uma política cambial que objetive evitar uma excessiva volatilidade

Investimento público beneficia infraestrutura econômica e social e ajuda a multiplicar renda

da taxa de câmbio nominal. [...] Isto pode sugerir a adoção de um sistema de câmbio administrado (ainda que possa ser formalmente um regime de câmbio flutuante) que evite a alta volatilidade da taxa de câmbio. [...]

[...] Deste modo, economistas pós-keynesianos sugerem, como visto, alguma espécie de política de rendas como parte do arsenal de estabilização requerido em uma economia de mercado.

Tais políticas requerem, entretanto, algum tipo de consenso sobre a distribuição da renda entre os agentes econômicos (governo, empresários e trabalhadores). Se as taxas de salário-nominal e as margens brutas das empresas pudessem ser de algum modo controladas, os níveis de preços deverão declinar. [...]

O requerimento de um equilíbrio da conta corrente em situações de pleno emprego implica a superação, em alguma medida, dos problemas estruturais do balanço de pagamentos que alguns países enfrentam – principalmente os países produtores de commodities [...]. [...] Esses esforços significariam o desenvolvimento de capacitações para competir com produtos e serviços de alta tecnologia e/ou o aprimoramento tecnológico de alguns setores industriais existentes [...]. [...]

Um aspecto final das políticas do lado da oferta está relacionado à organização do trabalho, pois o alcance do pleno emprego requer o desenvolvimento de mecanismos alternativos para assegurar níveis elevados de produtividade. [...] A longo prazo, aprimoramentos na tecnologia, programas governamentais de treinamento de mão de obra e programas educacionais podem também, direta ou indiretamente, afetar a produtividade do trabalho.

Luiz Fernando de Paula é professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e presidente da Associação Keynesiana Brasileira (AKB).

A íntegra deste artigo está disponível no "Debate acadêmico" do Portal Unesp, no endereço <http://www.unesp.br/noticia.php?artigo=9158>